

SÃO FRANCISCO DO SUL
PREFEITURA

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO



RELATÓRIO CI/PG/IPRESF n.º 001/2023
PRIMEIRO SEMESTRE

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PRÓ-GESTÃO RPPS – Nível II

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	3
2	METODOLOGIA	3
3	O IPRESF	4
3.1	Natureza Jurídica do IPRESF	4
3.2	Estrutura Organizacional	5
4	SEGURADOS	12
4.1	Recadastramento Anual	13
4.2	Prova de Vida	13
5	ANÁLISE DE ÁREAS DE ATUAÇÃO	2
5.1	Administrativo	14
5.2	Arrecadação e Finanças	15
5.3	Investimentos	15
5.4	Atuarial	18
5.5	Benefícios	18
5.6	Transparência, Atendimento, Ouvidoria e Código de Ética	20
5.7	Compensação Previdenciária	20
5.8	Política de Segurança da Informação	21
5.9	Jurídico	22
5.10	Relatório de Governança Corporativa	22
5.11	Planejamento	22
5.12	Saúde e Segurança do Servidor	22
6	EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA	23
6.1	Plano de Ação de Capacitação	23
6.2	Ações de Diálogo	24
7	CONCLUSÃO	25

1 INTRODUÇÃO

A Controladoria Geral do Município de São Francisco do Sul, com atribuições conferidas pelo artigo 31, da Lei Municipal n.º 2109, de 04 de Junho de 2018, tem como objetivo básico executar a fiscalização dos atos administrativos no âmbito dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Município, incluindo o IPRESF, de forma a garantir que sejam atendidos os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, apoiando os órgãos de Controle Externo na sua missão institucional.

A Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul – IPRESF, responsável como Unidade Gestora (UG) do Regime Próprio de Previdência Social, do Município de São Francisco do Sul, criada e regida pela Lei Complementar Municipal n.º 72, de 10 de julho de 2015, atualmente está certificada **sob o Nível II, do Programa de Certificação Institucional e Modernização da Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Portaria MPS n.º 185/2015, alterada pela Portaria MF n.º 577/2017), conforme Certificado CPG n.º 040/2020, com validade até 16 de Junho de 2022.** O Ipresf foi recertificado no Pró Gestão com validade até 12/12/2025, conforme certificado n.º CPG 040/2022.

O presente relatório abrange o primeiro semestre de 2023 (1º de julho a 31 de Junho) e visa atestar a conformidade das áreas mapeadas e manualizadas e de todas as ações atendidas na auditoria de certificação, bem como acompanhar as providências adotadas pelo RPPS para implementar as ações não atendidas, conforme item 3.1.4, da Versão 3.5, do Manual Pró-Gestão RPPS, nas grandes áreas de atuação exigidas para a manutenção do Nível II.

4

2 METODOLOGIA

Realização de verificação dos processos de concessão de benefícios previdenciários – Aposentadorias e Pensões – concedidos durante o período avaliado, nos termos da Instrução Normativa n.º TC-11/2011, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, conforme documentos enviados pelo IPRESF, por meio físico, à análise e emissão de parecer acerca da regularidade, emitido pela Controladoria Geral do Município de São Francisco do Sul,

Os mapeamentos e manuais estabelecidos como padrão no processo, também são critérios de análise do presente relatório, podem ser verificados no site institucional do IPRESF, disponível em <https://www.ipresf.sc.gov.br>, além da análise dos dados e relatórios contábeis e financeiros disponibilizados pelo IPRESF.

Por fim, análise das providências adotadas pelo RPPS para implementar as ações não atendidas para a manutenção da certificação Nível II, conforme Versão 3.5, do Manual Pró-Gestão RPPS.

3 O IPRESF

Criada para prestar todo o atendimento previdenciário aos servidores públicos municipais efetivos, a Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul (IPRESF) começou suas atividades em 10 de julho de 2015, por força da Lei Complementar Municipal n.º 72/2015, com o propósito de assegurar aos servidores os direitos e vantagens da previdência pública, asseguradas na Constituição Federal, atuando com responsabilidade fiscal, equilíbrio atuarial e respeito, garantindo democratização e transparência em sua gestão executiva. **Atualmente, cerca de 1437 servidores são filiados ao IPRESF.**

Situado à Rua Barão do Rio Branco n.º 377, 4º andar, Centro, neste Município de São Francisco do Sul, Estado de Santa Catarina, com disponibilidade de contato através do telefone <(47) 3449-0384>, e do e-mail <ipresf@ipresf.sc.gov.br>, inscrito sob o CNPJ n.º 23.017.093/0001-62.

É organizado com base em normas gerais de contabilidade e atuária, de modo a garantir seu equilíbrio financeiro e atuarial, submetido à orientação, supervisão, controle e fiscalização da Secretaria de Previdência Social. Os recursos do IPRESF são constituídos pela contribuição do ente público (contribuição previdenciária patronal, alíquota suplementar e taxa de administração), pelos segurados (contribuição previdenciária) e pela compensação previdenciária.

5

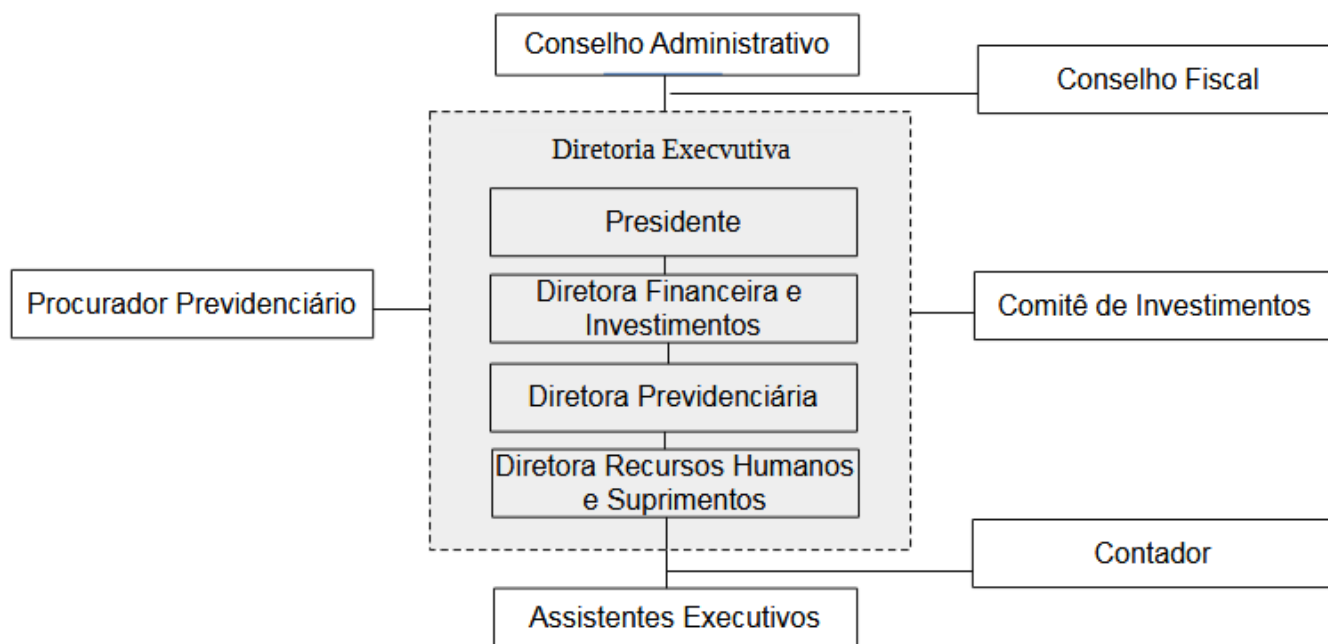
Os recursos previdenciários somente podem ser utilizados para pagamento de benefícios previdenciários, já a taxa de administração serve para as despesas de administração do IPRESF. As disponibilidades financeiras vinculadas ao IPRESF estão aplicadas no mercado financeiro, em conformidade com as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN.

Além do controle desempenhado pela Secretaria de Previdência e pelo Conselho Monetário Nacional, os atos do RPPS passam pela análise dos Conselheiros do Instituto, pela Controladoria Geral do Município e, por fim, pelo controle exercido pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. O cumprimento dessas determinações legais é obrigatório ao IPRESF e indispensável para que o Instituto continue garantindo aos seus segurados ativos e inativos o pagamento dos benefícios previdenciários.

3.1 *Natureza Jurídica do IPRESF*

O IPRESF é a unidade gestora única do Regime Próprio de Previdência Social do Município de São Francisco do Sul. Possui natureza fundacional de direito público, criada através da Lei Complementar Municipal n.º 72, de 10 de julho de 2015, integrante da administração indireta municipal, com autonomia financeira, administrativa e gerencial.

3.2 Estrutura Organizacional



6

Quadro Permanente (Junho/2023)

O IPRESF possui, em seu quadro próprio, dois servidores efetivos – Procurador Previdenciário e Contador, aprovados através do Concurso Público n.º 001/2015, e três servidores cedidos pelo Município de São Francisco do Sul, para as vagas de ‘Assistente Executivo’, em atendimento ao item 3.2.16, do Manual do Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5.

PROCURADOR PREVIDENCIÁRIO

- Natureza do cargo: efetivo;
- Plano de Carreira: Lei Complementar Municipal n.º 073/2015;
- Número de vagas ocupadas: 01;
- Número de vagas disponíveis: 00;
- Situação: servidor em exercício, aprovado no Concurso Público n.º 001/2015/IPRESF;
- Nome do Servidor: **Fernando Gomes de Fáveri**;
- Nomeação: Portaria/IPRESF n.º 032, de 07 de março de 2016;
- Posse: 15 de março de 2016;
- Dados consultados: <https://www.ipresf.sc.gov.br/download.php?id=548>

CONTADOR

- Natureza do cargo: efetivo;
- Plano de Carreira: Lei Complementar Municipal n.º 054/2014;

- Número de vagas ocupadas: 01;
- Número de vagas disponíveis: 00;
- Situação: servidor em exercício, aprovado no Concurso Público n.º 001/2015/IPRESF;
- Nome do Servidor: **Luciano Campos Moreira da Silva**;
- Nomeação: Portaria/IPRESF n.º 034, de 24 de março de 2016;
- Posse: 02 de maio de 2016;
- Dados consultados: <https://www.ipresf.sc.gov.br/download.php?id=549>

ASSISTENTE EXECUTIVO

- Natureza do cargo: efetivo;
- Plano de Carreira: Sem plano de carreira aprovado;
- Número de vagas ocupadas: 03;
- Número de vagas disponíveis: 00;
- Situação: servidores cedidos pelo Município de São Francisco do Sul;
- **Termo de Convênio: Termo de Convênio n.º 018, de 1º de outubro de 2015;**
- Autorização legal para a cessão: art. 90, Parágrafo Único, da Lei Complementar n.º 72/2015;
- Nome dos Servidores cedidos:
 - **Bruna Maciel**
 - **Eliane Batista**;
 - **Ricardo Luiz Fernandes**;
- Ato de Cessão, respectivamente:
 - Portaria Municipal nº 18.560, de 10 de fevereiro de 2023;
 - Portaria Municipal nº 17.512, de 03 de setembro de 2021;
 - Portaria Municipal nº 17.053, de 14 de janeiro de 2021;
- Dados consultados, respectivamente:
 - Indisponível no site do IPRESF;
 - https://www.diariomunicipal.sc.gov.br/arquivosbd/atos/2023/02/1676296441_portaria_n_18.560.2023__concede_cesso_ao_ipresf__bruna_maciel_assinado.pdf
 - https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=https%3A%2F%2Fwww.diariomunicipal.sc.gov.br%2Farquivosbd%2Fatos%2F2021%2F09%2F1631541390_portaria_n_17.512.2021__concede_cesso_ipresf_eliane_batista.doc
 - https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=https%3A%2F%2Fwww.diariomunicipal.sc.gov.br%2Farquivosbd%2Fatos%2F2021%2F01%2F1610642539_portaria_n_17.053.2021__concede_cesso_a_o_ipresf_ricardo_luiz_fernandes.doc

RECOMENDAÇÃO 01

Estruturar o Plano de Carreira dos servidores efetivos do IPRESF, especialmente para o cargo de 'Assistente Executivo' e realizar concurso público para o preenchimento de vagas, em detrimento dos servidores cedidos.

RECOMENDAÇÃO 02

Publicar as Portarias Municipais no site do IPRESF (<https://www.ipresf.sc.gov.br/legislacao>), (<https://www.ipresf.sc.gov.br/pagina/132/equipe>)

Diretoria Executiva (Junho/2023)

A Diretoria Executiva do IPRESF está organizada de forma que há segregação das atividades de habilitação e concessão de benefícios das atividades de implantação, manutenção e pagamento de benefícios, em atendimento ao item **3.2.10**, conforme as competências indicadas nos arts. 85 (Diretor-Presidente), art. 86 (Diretor Previdenciário), art. 86A (Diretor Financeiro e de Investimentos) e art. 87 (Diretor de Gestão de Pessoas e Suprimentos), todos da Lei Complementar Municipal n.º 72/2015.

O IPRESF possui quatro cargos em comissão, ocupados por segurados do IPRESF – Presidente, Diretora financeira e de investimentos, Diretora previdenciária e Diretor de recursos humanos e suprimentos, em atendimento ao item **3.2.16, do Manual do Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5.**

PRESIDENTE

- Natureza do cargo: comissionado;
- Previsão Legal: Lei Complementar Municipal n.º 072/2015, Lei Complementar N° 120, De 02 De Janeiro De 2023;
- Número de vagas ocupadas: 01;
- Número de vagas disponíveis: 00;
- Situação: servidor nomeado em exercício;
- Nome do Servidor: **Idelson Alves Porto**;
- Nomeação: Portaria Municipal n.º 16.885, de 04 de janeiro de 2021 e Portaria Municipal n.º 18.401, de 05 de janeiro de 2023.
- Posse: 1º de janeiro de 2021;
- Dados consultados: https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=https%3A%2F%2Fwww.diariomunicipal.sc.gov.br%2Farquivosbd%2Fatos%2F2023%2F01%2F1672928050_portaria_n_18.401.2023__nomeia_presidente_ipresf_idelson_alves_porto.doc, https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=https%3A%2F%2Fwww.diariomunicipal.sc.gov.br%2Farquivosbd%2Fatos%2F2021%2F01%2F1609868775_portaria_n_16.885.2021__nomeia_dir_ipresf_idelson_alves_porto.doc.
- Atendimento aos requisitos do art. 8º-B, da Lei Federal n.º 9717, de 27 de novembro de 1998:
 - Art. 8º-B, I: certidões e declaração não encaminhadas ao Controle Interno e indisponíveis para consulta no site do IPRESF;
 - Art. 8º-B, II: Certificação Anbima CPA 10, válida até 04/11/2024;
 - Art. 8º-B, III: comprovação não encaminhada ao Controle Interno e indisponível para consulta no site do IPRESF;
 - Art. 8º-B, IV: atende, conforme documentação arquivada no RH, da Prefeitura;

DIRETORA FINANCEIRA E DE INVESTIMENTOS

- Natureza do cargo: comissionado;
- Previsão Legal: Lei Complementar Municipal n.º 072/2015, c/c Lei Complementar N° 120, De 02 De Janeiro De 2023;
- Número de vagas ocupadas: 01;

- Número de vagas disponíveis: 00;
- Situação: servidor nomeado em exercício;
- Nome do Servidor: **Sandra Heloísa de Biasi**;
- Nomeação: Portaria Municipal nº 16.886, de 04 de janeiro de 2021 e Portaria Municipal nº 18.402, de 05 de janeiro de 2023;
- Posse: 1º de janeiro de 2021;
- Dados consultados: https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=https%3A%2F%2Fwww.diariomunicipal.sc.gov.br%2Farquivosbd%2Fatos%2F2021%2F01%2F1609868799_portaria_n_16.886.2021__nomeia_cg_ipresf_sandra_heloisa_de_biasi.doc, https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=https%3A%2F%2Fwww.diariomunicipal.sc.gov.br%2Farquivosbd%2Fatos%2F2023%2F01%2F1672928094_portaria_n_18.402.2023__nomeia_dir_fin_e_invest_ipresf_sandra_heloisa_de_biasi.doc.

Atendimento aos requisitos do art. 8º-B, da Lei Federal n.º 9717, de 27 de novembro de 1998:

- Art. 8º-B, I: certidões e declaração não encaminhadas ao Controle Interno e indisponíveis para consulta no site do IPRESF;
- Art. 8º-B, II: Certificação Anbima CPA 10, válida até 05/08/2024;
- Art. 8º-B, III: comprovação não encaminhada ao Controle Interno e indisponível para consulta no site do IPRESF;
- Art. 8º-B, IV: atende, conforme documentação arquivada no RH, da Prefeitura;

DIRETORA PREVIDENCIÁRIA

- Natureza do cargo: comissionado;
- Previsão Legal: Lei Complementar Municipal n.º 072/2015, c/c Lei Complementar N° 120, De 02 De Janeiro De 2023;
- Número de vagas ocupadas: 01;
- Número de vagas disponíveis: 00;
- Situação: servidor nomeado em exercício;
- Nome do Servidor: **Adriane Cristina Maia de Lima**;
- Nomeação: Portaria Municipal n.º 18.404, de 05 de janeiro de 2023;
- **Posse: 03 de janeiro de 2023;**
- Dados consultados: https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=https%3A%2F%2Fwww.diariomunicipal.sc.gov.br%2Farquivosbd%2Fatos%2F2023%2F01%2F1672928188_portaria_n_18.404.2023__nomeia_diretora_previdencia_ria_ipresf__adriane_cristina_maia_de_lima__rev_17.394.2021.doc

Atendimento aos requisitos do art. 8º-B, da Lei Federal n.º 9717, de 27 de novembro de 1998:

- Art. 8º-B, I: certidões e declaração não encaminhadas ao Controle Interno e indisponíveis para consulta no site do IPRESF;
- Art. 8º-B, II: Certificação CPRPPS DIRIG I, válida até 30/01/2027
- Art. 8º-B, III: comprovação não encaminhada ao Controle Interno e indisponível para consulta no site do IPRESF;
- Art. 8º-B, IV: atende, conforme documentação arquivada no RH, da Prefeitura;

DIRETORA DE RECURSOS HUMANOS E SUPRIMENTOS

- Natureza do cargo: comissionado;
- Previsão Legal: Lei Complementar Municipal n.º 072/2015, c/c Lei Complementar N.º 120, De 02 De Janeiro De 2023;
- Número de vagas ocupadas: 01;
- Número de vagas disponíveis: 00;
- Situação: servidor nomeado em exercício;
- Nome do Servidor: **Sâmmella Carine Mendes Da Rocha Pires**;
- Nomeação: Portaria Municipal n.º 18.864, de 24 de agosto de 2023;
- **Posse: 24º de agosto de 2023;**
- Dados consultados: https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=https%3A%2F%2Fwww.diariomunicipal.sc.gov.br%2Farquivosbd%2Fatos%2F2023%2F08%2F1692890030_portaria_n_18.864.2023__nomeia_dir_gestao_de_pessoas_e_suprimentos_ipresf__sammella_carine_mendes_da_rocha_pires.doc
- **Atendimento aos requisitos do art. 8º-B, da Lei Federal n.º 9717, de 27 de novembro de 1998:**
 - o **Art. 8º-B, I: certidões e declaração não encaminhadas ao Controle Interno e indisponíveis para consulta no site do IPRESF;**
 - o **Art. 8º-B, II: Certificação CGRPPS, válida até 09/09/2022;**
 - o **Art. 8º-B, III: comprovação não encaminhada ao Controle Interno e indisponível para consulta no site do IPRESF;**
 - o **Art. 8º-B, IV: atende, conforme documentação arquivada no RH, da Prefeitura;**

10

RECOMENDAÇÃO 03

Que seja providenciada e publicada no site do IPRESF a documentação comprobatória do cumprimento aos requisitos estabelecidos no art. 8º-B, da Lei Federal n.º 9717, de 27 de novembro de 1998, a fim de atender ao item 3.2.12,

Conselho Administrativo (Junho/2023)

O Conselho Administrativo é formado por 05 (cinco) membros, que mantém vínculo funcional com o Município de São Francisco do Sul e com o IPRESF, em atendimento ao item 3.2.14, do Manual de Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5, conforme art. 79, da Lei Complementar Municipal n.º 72/2015, com mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução, em atendimento ao item 3.2.15, do mencionado Manual, com o processo de escolha definido na Lei Complementar Municipal n.º 72/2015 (indicação pelo Chefe do Poder Executivo e processo eleitoral).

MEMBRO NATO

- Membro: Presidente do IPRESF;

- Previsão Legal: Lei Complementar Municipal n.º 072/2015;
- Número de vagas ocupadas: 01;
- Número de vagas disponíveis: 00;
- Nome do Servidor: **Idelson Alves Porto**;
- Portaria Municipal n.º 16.885, de 04 de janeiro de 2021 e Portaria Municipal n.º 18.401, de 05 de janeiro de 2023.
- Posse: 1º de janeiro de 2021;
- Dados consultados: https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=https%3A%2F%2Fwww.diariomunicipal.sc.gov.br%2Farquivosbd%2Fatos%2F2023%2F01%2F1672928050_portaria_n_18.401.2023_nomeia_presidente_ipresf_idelson_alves_porto.doc, https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=https%3A%2F%2Fwww.diariomunicipal.sc.gov.br%2Farquivosbd%2Fatos%2F2021%2F01%2F1609868775_portaria_n_16.885.2021_nomeia_dir_ipresf_idelson_alves_porto.doc.
- Atendimento aos requisitos do art. 8º-B, da Lei Federal n.º 9717, de 27 de novembro de 1998:
 - Art. 8º-B, I: certidões e declaração não encaminhadas ao Controle Interno e indisponíveis para consulta no site do IPRESF;
 - Art. 8º-B, II: Certificação Anbima CPA 10, válida até 04/11/2024;
 - Art. 8º-B, III: comprovação não encaminhada ao Controle Interno e indisponível para consulta no site do IPRESF;
 - Art. 8º-B, IV: atende, conforme documentação arquivada no RH, da Prefeitura;

MEMBROS ELEITOS

- Previsão Legal: Lei Complementar Municipal n.º 072/2015;
- Número de vagas ocupadas: 02;
- Número de vagas disponíveis: 00;
- Nome do Servidor:
 - Darlan Elias de Mira Cidral
 - Franciele da Silva Camara
- Nomeação: Portaria Municipal n.º 18.917, de 05 de outubro de 2023.
- **Posse: 05 de outubro de 2023;**
- Atendimento aos requisitos do art. 8º-B, da Lei Federal n.º 9717, de 27 de novembro de 1998:
 - Art. 8º-B, I: documentação apresentada durante o processo eleitoral e arquivada no RH da Prefeitura Municipal;
 - Art. 8º-B, II:
 - Darlan Elias de Mira Cidral: Certificação Certificação CPRPPS CODEL I, válida até 27/11/2027;
 - Franciele da Silva Camara: Certificação CPRPPS CODEL I, válida até 27/11/2027;

MEMBROS INDICADOS

- Previsão Legal: Lei Complementar Municipal n.º 072/2015;
- Número de vagas ocupadas: 02;
- Número de vagas disponíveis: 00;

- Nome do Servidor:
 - **Ricardo Luiz Fernandes;**
 - **Gerson José Horbucz;**
- Nomeação: Portaria Municipal nº 18.917, de 05 de outubro de 2023;
- **Posse: 05 de outubro de 2023;**
- Atendimento aos requisitos do art. 8º-B, da Lei Federal n.º 9717, de 27 de novembro de 1998:
 - Art. 8º-B, I: certidões e declaração não encaminhadas ao Controle Interno e indisponíveis para consulta no site do IPRESF;
 - Art. 8º-B, II:
 - Juliano Cesar Paiva. Certificação CPRPPS CODEL I, válida até 03/01/2028;
 - Abelard Helbling Junior. Certificação CGRPPS, válida até 27/08/2023;

Conselho Fiscal (Junho/2023)

O Conselho Fiscal é formado por 03 (três) membros, que mantém vínculo funcional com o Município de São Francisco do Sul e com o IPRESF, em atendimento ao item 3.2.13, do Manual de Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5, conforme art. 81, da Lei Complementar Municipal n.º 72/2015, com mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução, em atendimento ao item 3.2.15, do mencionado Manual, com o processo de escolha definido na Lei Complementar Municipal n.º 72/2015 (indicação pelo Chefe do Poder Executivo e processo eleitoral).

12

MEMBROS ELEITOS

- Previsão Legal: Lei Complementar Municipal n.º 072/2015;
- Número de vagas ocupadas: 02;
- Número de vagas disponíveis: 00;
- Nome do Servidor:
 - **Flávia Regina Celestino;**
 - **Adriane Cristina Maia de Lima;**
- Nomeação: Portaria Municipal n.º 18.916, de 05 de outubro de 2023;
- **Posse: 05 de outubro de 2023;**
- Atendimento aos requisitos do art. 8º-B, da Lei Federal n.º 9717, de 27 de novembro de 1998:
 - Art. 8º-B, I: documentação apresentada durante o processo eleitoral e arquivada no RH da Prefeitura Municipal;
 - Art. 8º-B, II:
 - Flávia Regina Celestino; Certificação CGRPPS, válida até 09/09/2022;
 - Adriane Cristina Maia de Lima: Certificação CPRPPS DIRIG I, válida até 30/01/2027.

MEMBRO INDICADO

- Previsão Legal: Lei Complementar Municipal n.º 072/2015;

- Número de vagas ocupadas: 01;
- Número de vagas disponíveis: 00;
- Nome do Servidor: **Eliane Batista**;
- Nomeação: Portaria Municipal n.º 18.916, de 05 de outubro de 2023;
- Posse: 05 de outubro de 2023;
- Atendimento aos requisitos do art. 8º-B, da Lei Federal n.º 9717, de 27 de novembro de 1998:
 - Art. 8º-B, I: certidões e declaração não encaminhadas ao Controle Interno e indisponíveis para consulta no site do IPRESF;
 - Art. 8º-B, II: Certificação CPRPPS COFIS I, válida até 02/01/2027.

RECOMENDAÇÃO 05

Que seja providenciada a documentação comprobatória do cumprimento aos requisitos estabelecidos no art. 8º-B, da Lei Federal n.º 9717, de 27 de novembro de 1998, a fim de atender ao item 3.2.14, do Manual de Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5.

Comitê de Investimentos (Junho/2023)

O Comitê de Investimentos é formado por 05 (cinco) membros, que mantém vínculo funcional com o Município de São Francisco do Sul e com o IPRESF, em atendimento ao item 3.2.7, do Manual de Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5, conforme art. 88, da Lei Complementar Municipal n.º 72/2015, com mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução, em atendimento ao item 3.2.15, do mencionado Manual, com o processo de escolha definido na Lei Complementar Municipal n.º 72/2015 (indicação pelos Conselhos Administrativo e Fiscal).

13

MEMBROS INDICADOS PELO CONSELHO ADMINISTRATIVO

- Previsão Legal: Lei Complementar Municipal n.º 072/2015;
- Número de vagas ocupadas: 02;
- Número de vagas disponíveis: 00;
- Nome do Servidor:
 - **Ricardo Luiz Fernandes**;
 - **Telma do Carmo Pacheco**; (começou a participar das reuniões do Comitê conforme registro em ata da 01ª reunião do comitê de investimentos do ipresf reunião ordinária – 01/2023).
- Nomeação: Portaria IPRESF n.º 020, de 26 de novembro de 2021;
- Posse: 22 de outubro de 2021;
- Atendimento aos requisitos do art. 8º-B, da Lei Federal n.º 9717, de 27 de novembro de 1998:
 - Art. 8º-B, I: certidões e declaração não encaminhadas ao Controle Interno e indisponíveis para consulta no site do IPRESF;
 - Art. 8º-B, II:
 - Ricardo Luiz Fernandes: Certificação CPA 10, válida até 28/10/2023;
 - Telma do Carmo Pacheco: Sem Certificação.

MEMBROS INDICADOS PELO CONSELHO FISCAL

- Previsão Legal: Lei Complementar Municipal n.º 072/2015;
- Número de vagas ocupadas: 01;
- Número de vagas disponíveis: 00;
- Nome do Servidor: **Eliane Batista;**
- Nomeação: Portaria Municipal nº 19.125, de 02 de fevereiro de 2024.;
- Posse: 24 de janeiro de 2024
- Atendimento aos requisitos do art. 8º-B, da Lei Federal n.º 9717, de 27 de novembro de 1998:
 - Art. 8º-B, I: certidões e declaração não encaminhadas ao Controle Interno e indisponíveis para consulta no site do IPRESF;
 - Art. 8º-B, II: Certificação CPRPPS COFIS I, válida até 02/01/2027;

MEMBROS NATOS

- Previsão Legal: Lei Complementar Municipal n.º 072/2015;
- Número de vagas ocupadas: 02;
- Número de vagas disponíveis: 00;
- Nome do Servidor:
 - **Presidente: Sandra Heloísa de Biasi – Diretora Financeira E De Investimentos;**
 - **Membro: Idelson Alves Porto – Presidente;**
- Nomeação: Portaria IPRESF n.º 020, de 26 de novembro de 2021;
- Posse: 1º de janeiro de 2021;
- Atendimento aos requisitos do art. 8º-B, da Lei Federal n.º 9717, de 27 de novembro de 1998:
 - Art. 8º-B, I: certidões e declaração não encaminhadas ao Controle Interno e indisponíveis para consulta no site do IPRESF;
 - Art. 8º-B, II:
 - Sandra Heloísa de Biasi: Certificação Anbima CPA 10, válida até 05/08/2024; CPRPPS DIRIG, válida até 19/12/2027; CPRPPS CGINV I, válida até 03/01/2028.
 - Idelson Alves Porto: Certificação Anbima CPA 10, válida até 04/11/2024, CPRPPS DIRIG I, válida até 26/09/2027, CPRPPS CGINV I, válida até 04/12/2027.

14

4 RECOMENDAÇÃO 06 SEGURADOS

Foi exigida a providência a documentação comprobatória do cumprimento aos requisitos estabelecidos no art. 8º-B, da Lei Federal n.º 9717, de 27 de novembro de 1998, da IPRESF atendendo ao item 3.2.14 do Manual de Práticas Seguradoras Ativas da IPRESF e os itens 3.2.14 do Manual de Práticas Seguradoras Ativas da IPRESF, Versão 3.5.7, e o curso público de Iniciação Legislativa e Executiva, ministrado nos seguintes órgãos/entidades:

- Câmara de Vereadores de São Francisco do Sul;
- Fundação Cultural Ilha de São Francisco do Sul;
- Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul;
- Prefeitura Municipal de São Francisco do Sul;
- Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de São Francisco do Sul.

Não são segurados ativos do IPRESF os servidores ocupantes, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação ou exoneração, bem como de outro cargo temporário ou emprego público, ainda que aposentado.

São **segurados inativos**: os servidores públicos municipais, aposentados em cargo efetivo, que tenham sido segurados ativos do IPRESF. O segurado aposentado que exerça ou venha a exercer cargo em comissão, cargo temporário, emprego público ou mandato eletivo, vincula-se, obrigatoriamente, ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

4.1 Recadastramento Anual

A realização de Recadastramento Anual e/ou Censo Previdenciário está prevista no art. 18, §2º, da Lei Complementar Municipal n.º 72/2015, sob pena de retenção dos vencimentos:

Art. 18 Os segurados e seus dependentes estão obrigados à promover a sua inscrição no IPRESF e que se processará da seguinte forma:

[...]

§ 2º O **segurado deverá atualizar suas bases cadastrais, a cada ano**, no mês do respectivo aniversário, mediante o preenchimento de ficha ou formulário, impresso ou eletrônico, do IPRESF, sob pena de retenção dos vencimentos até que a providência seja tomada.

[...] (Sem grifos no original)

Em que pese a realização do recadastramento obrigatório nos anos anteriores, no período de análise do presente Relatório (julho a Junho de 2023), **observou-se que o mesmo ainda não foi realizado. No entanto, como evidência de sua realização, o IPRESF apresentou a este Controle Interno o andamento da fase interna do Pregão Presencial que será lançado em julho/2022, para a contratação de pessoa jurídica especializada na realização de censo previdenciário de ativos, inativos e pensionistas. Foi realizado Recadastramento Anual conforme edital de convocação nº003/2023/IPRESF.**

15

RECOMENDAÇÃO 07

Que seja realizado, no primeiro semestre de 2022, o recadastramento/censo previdenciário anual obrigatório, com fundamento no art. 18, da Lei Complementar Municipal n.º 72/2015, a fim de atender ao item 3.1.6, do Manual

4.2 Prova de Vida

A realização de Prova de Vida anual está prevista no art. 18, §3º, da Lei Complementar Municipal n.º 72/2015, sob pena de retenção dos proventos:

Art. 18 Os segurados e seus dependentes estão obrigados à promover a sua inscrição no IPRESF e que se processará da seguinte forma:

[...]

§ 3º O **segurado inativo e o pensionista, obrigatoriamente, deverão atualizar suas bases cadastrais no período de janeiro a março de cada ano**, mediante o preenchimento de ficha ou formulário, impresso ou eletrônico, do IPRESF, sob pena de

retenção dos proventos ou da pensão, conforme o caso, até que a providência seja tomada.
[...] (Sem grifos no original)

A prova de vida foi realizada, conforme o edital n.º 001/2023, publicado no mês de janeiro, tendo sido realizado no prazo legalmente exigido, através de horários pré-agendados, levantando-se os seguintes dados:

- **Número de aposentados e pensionistas convocados: 140**
- **Número de aposentados e pensionistas que realizaram a prova de vida: 140**
- **Número de retenções de proventos: 00.**

5 ANÁLISE DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO

5.1 Administrativa

O setor administrativo do IPRESF encontra-se sob a responsabilidade da Gerência Administrativa, com as seguintes competências legais:

Art. 87 São atribuições do Gerente Administrativo:

- a) gerenciar toda as licitações e contratos administrativos do IPRESF;
- b) responder pela execução dos programas de trabalho afetos à estrutura administrativa e operacional do IPRESF, incluindo atividades correlatas à Tecnologia de Informação;
- c) prestar e supervisionar o preenchimento das informações do IPRESF junto aos órgãos de controle em conjunto com o Diretor Financeiro e de Previdência;
- d) responder pelo controle patrimonial e pela manutenção dos bens móveis e imóveis do IPRESF;
- e) praticar os atos administrativos de gestão, necessários para assegurar a consecução das atividades do IPRESF;
- f) gerenciar todos os atos de gestão de pessoas dos servidores ativos do IPRESF;
- g) substituir o Diretor Financeiro e de Previdência nos seus impedimentos e ausências.

16

Durante o primeiro semestre, foram realizadas as seguintes contratações (em números):

- **Licitações Dispensáveis (Compras Diretas): 06**
- **Dispensas/Inexigibilidades: 0**
- **Licitações/Pregões: 02**

O IPRESF possui os seguintes contratos vigentes, neste primeiro semestre:

LISTA LICITAÇÕES - DISPENSA DE LICITAÇÃO

[Início](#) [Licitação](#) [Página Atual](#)

Objeto

Nº

Status

Buscar

Nº DA LICITAÇÃO	Nº DO PROCESSO	STATUS	OBJETO	DATA DA DISPUTA	VALOR ESTIMADO	DETALHES
10/2023	13/2023	Encerrado	"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE ÁGUA MINERAL EM GALÕES DE 20 LITROS E EM GARRAFAS DE 500 ML PARA A FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SÃO FRANCISCO DO SUL".	13/12/2023 09:00:00	Não definido	DETALHES +
9/2023	12/2023	Encerrado	Contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de desenvolvimento, personalização, atualização, modernização, manutenção técnica, suporte e hospedagem de website com sistema administrativo para gerenciamento de conteúdo, registro de e-mails (20 contas no mínimo com trans...	07/12/2023 09:00:00	Não definido	DETALHES +
8/2023	11/2023	Encerrado	Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços técnicos na área atuarial, com elaboração de Avaliação Atuarial e Nota Técnica Atuarial ano base 2023 do IPRESF, com emissão dos relatórios no ano de 2024, em atendimento as necessidades da Fundação e de acordo com as exigências da Secr...	30/11/2023 09:00:00	Não definido	DETALHES +
5/2023	5/2023	Encerrado	Contratação de empresa especializada em serviços de zeladoria para asseio, conservação e limpeza de sala comercial que abriga a estrutura administrativa da Fundação Instituto de Previdência Social dos Servidores de São Francisco do Sul.	21/07/2023 09:00:00	Não definido	DETALHES +
4/2023	4/2023	Encerrado	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA/ASSESSORIA EM INVESTIMENTOS NO MERCADO FINANCEIRO E DE CAPITAIS, DEVIDAMENTE REGISTRADA NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM).	31/03/2023 09:00:00	Não definido	DETALHES +
3/2023	3/2023	Encerrado	Locação de sala comercial situada na Rua Barão do Rio Branco, 3º andar, sala 303, medindo 161,75 m² (Centro Comercial São Francisco) para manter a sede, dar continuidade do funcionamento e manutenção das atividades de atendimento do IPRESF.	06/04/2023 09:00:00	Não definido	DETALHES +

LISTA LICITAÇÕES - PREGÃO PRESENCIAL

[Início](#) [Licitação](#) [Página Atual](#)

Objeto

Nº

Status

Buscar

Nº DA LICITAÇÃO	Nº DO PROCESSO	STATUS	OBJETO	DATA DA DISPUTA	VALOR ESTIMADO	DETALHES
6/2023	6/2023	Encerrado	Contratação de empresa especializada para o fornecimento de licença de uso de software de informática através de LOCAÇÃO DE SISTEMA WEB DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA, envolvendo implantação conversão e migração de dados (importação da folha de pagamento) via sistema utilizado por essa Fundação, Pre...	13/09/2023 00:00:00	Não definido	DETALHES +
6/2023	6/2023	Encerrado	Contratação de empresa pessoa jurídica especializada para o fornecimento de licença de uso de software de informática através de LOCAÇÃO DE SISTEMA WEB DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA, envolvendo implantação conversão e migração de dados (importação da folha de pagamento) via sistema utilizado por es...	14/09/2023 00:00:00	Não definido	DETALHES +

17

As contratações estão sendo publicadas no site <
<https://www.ipresf.sc.gov.br/licitacao/lista/2023/categoria/17/dispensa-de-licitacao/>>,
<https://www.ipresf.sc.gov.br/licitacao/lista/2023/categoria/22/pregao-presencial/> atendendo ao item 3.2.8, alínea 'j', do Manual de Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5. Não foi encaminhado ao Controle Interno o mapeamento e a manualização da área administrativa do IPRESF.

RECOMENDAÇÃO 08

Que sejam elaborados e publicados o mapeamento e a manualização das atividades e sua publicação no site do IPRESF, a fim de atender aos itens 3.2.8, 3.1.1 e 3.1.2, do Manual de Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5. do Manual de Pró-Gestão RPPS. Versão 3.5.

5.2 Arrecadação e Finanças

Quando à arrecadação, todos os repasses são efetuados mensalmente pela Câmara de Vereadores, SAMAE, Fundação Cultural, IPRESF (servidores ativos) e Município, não havendo valores a receber, bem como não há parcelamentos de repasses e/ou contribuições previdenciárias. Valor dos repasses:

REPASSES RECEBIDOS NO PERÍODO JANEIRO - JUNHO 2023	
CONTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES	R\$ 7.215.797,22
CONTRIBUIÇÃO PATRONAL	R\$ 7.818.984,67
APORTES	R\$ 6.881.578,83
COMPREV	R\$ 261.480,90
TOTAL	R\$ 14.962.044,40

Até o fim do 1º semestre, a arrecadação da entidade foi de **R\$ 14.962.044,40**. A entidade mantém o envio das demonstrações contábeis aos órgãos de fiscalização, aplicando-se o definido na lei orçamentária municipal, bem como presta constas ao TCE nos prazos legais.

PERÍODO	RECEITA	DESPESA	SUPERÁVIT/DÉFICIT
1º BI	10.691.359,66	1.741.805,99	8.949.553,67
2º BI	11.467.000,60	2.284.611,72	9.182.388,88
3º BI	14.424.083,90	391.016,12	14.033.067,78
TOTAL	36.582.444,16	4.417.433,83	32.165.010,33

Confrontando a despesa no valor de **R\$ 4.417.433,83**, em relação à receita de **R\$ 36.582.444,16**, a entidade obteve um superavit de **R\$ 32.165.010,33** até o final do período em análise.

18

Não foi encaminhado ao Controle Interno o mapeamento e a manualização da área de arrecadação e finanças do IPRESF.

RECOMENDAÇÃO 09

Que sejam elaborados e publicados o mapeamento e a manualização das atividades e sua publicação no site do IPRESF, a fim de atender aos itens 3.2.8, 3.1.1 e 3.1.2, do Manual de Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5. do Manual de Pró-Gestão RPPS. Versão 3.5.

5.3 Investimentos

A Política de Investimentos do ano de 2023 segue os limites regulados pela Resolução CMN n.º 4.963/2021, conforme demonstra o quadro a seguir:

LIMITE DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS - NÍVEL II	RESOLUÇÃO 4.963/2021	LIMITE INFERIOR	ESTRATÉGIA ALVO	LIMITE SUPERIOR
ARTIGO 7 - SEGMENTO DE RENDA FIXA			84,0%	
I, a - TÍTULOS PÚBLICOS DE EMISSÃO DO TN	100,0%	0,0%	30,0%	100,0%
I, b - FI 100% TÍTULOS PÚBLICOS DE EMISSÃO DO TN	100,0%	0,0%	36,5%	100,0%
I, c - ETF - 100% TÍTULOS PÚBLICOS DE EMISSÃO DO TN	100,0%	0,0%	0,5%	100,0%
II - OPERAÇÕES COMPROMISSADAS	5,0%	0,0%	0,0%	5,0%
III, a - FI RENDA FIXA - GERAL	70,0%	0,0%	10,0%	70,0%
III, b - ETF - ÍNDICES DE RENDA FIXA - GERAL	70,0%	0,0%	0,5%	70,0%
IV - ATIVOS DE RF DE EMISSÃO DE INST. BANCÁRIAS	20,0%	0,0%	3,0%	20,0%
V, a - FI EM DIREITOS CREDITÓRIOS - COTA SÊNIOR	10,0%	0,0%	0,5%	10,0%
V, b - FI RENDA FIXA "CRÉDITO PRIVADO"	10,0%	0,0%	2,5%	10,0%
V, c - FI DEBÊNTURES DE INFRAESTRUTURA	10,0%	0,0%	0,5%	10,0%
ARTIGO 8 - SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL			8,0%	
I - FI AÇÕES	40,0%	0,0%	7,0%	40,0%
II - ETF - ÍNDICES DE AÇÕES	40,0%	0,0%	1,0%	40,0%
ARTIGO 9 - SEGMENTO DE INVEST. NO EXTERIOR			4,5%	
I - FUNDO DE RENDA FIXA - DÍVIDA EXTERNA	10,0%	0,0%	0,5%	10,0%
II - FI - SUFIXO "INVESTIMENTO NO EXTERIOR"	10,0%	0,0%	2,0%	10,0%
III - FI DE AÇÕES - BDR NÍVEL 1	10,0%	0,0%	2,0%	10,0%
ARTIGO 10 - SEGMENTO DE INVEST. ESTRUTURADOS			3,0%	
I - FI MULTIMERCADO - ABERTO	10,0%	0,0%	2,0%	10,0%
II - FI EM PARTICIPAÇÕES	5,0%	0,0%	0,5%	5,0%
III - FI "AÇÕES - MERCADO DE ACESSO"	5,0%	0,0%	0,5%	5,0%
ARTIGO 11 - SEGMENTO DE FUNDOS IMOBILIÁRIOS			0,5%	
FI IMOBILIÁRIOS	10,0%	0,0%	0,5%	10,0%
ARTIGO 12 - SEGMENTO DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO			0,0%	
EMPRÉSTIMO CONSIGNADO	10,0%	0,0%	0,0%	10,0%
TOTAL			100,0%	

O IPRESF se encontra enquadrado à Resolução N.º 4.963/2021, e à Política de Investimento 2023. A Política de Investimentos está publicada no site do IPRESF <https://www.ipresf.sc.gov.br/download.php?id=1007>, e atende aos requisitos mínimos dispostos no item 3.2.6, do Manual de Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5.

Os relatórios necessários para a obtenção e manutenção do Nível II, descritos no item 3.2.6, do Manual de Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5, estão disponíveis no site do IPRESF (<https://www.ipresf.sc.gov.br/relatorios-de-gestao-de-investimentos-de-2022>) e atendem aos requisitos necessários.

O IPRESF possui até o primeiro semestre no ano de 2023, um saldo de investimentos de R\$186.709.945,47, os quais estão distribuídos da seguinte forma:

Tipo de Investimento	Valor	%
Títulos Públicos	20.023.705,19	10,27
Fundos de Investimentos – Renda Fixa	147.979.287,23	79,26
Fundos de Investimentos – Renda Variável	13.028.453,28	6,98

Fundos de Investimentos – Exterior	4.655.226,20	2,49
Fundos em Participações	401.005,25	0,21
Conta Corrente	622.268,32	0,33

Não foi encaminhado ao Controle Interno o mapeamento e a manualização da área de investimentos do IPRESF.

RECOMENDAÇÃO 10

Que sejam elaborados e publicados o mapeamento e a manualização das atividades e sua publicação no site do IPRESF, a fim de atender aos itens 3.2.8, 3.1.1 e 3.1.2, do Manual de Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5.

Em relação aos investimentos, a assinatura conjunta do Diretor Presidente e da Diretora Financeira e de Previdência, para a realização dos atos, atende aos limites de alçada exigidos para o item 3.2.9, do Manual de Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5.

5.4 Atuarial

Em relação à Avaliação Atuarial, a mesma foi realizada pela empresa Lumens Atuarial, para o ano de 2024 (data-base 31/12/2023). O Relatório da Avaliação Atuarial, contemplando a análise dos resultados das avaliações atuariais anuais relativas aos três últimos exercícios, com comparativo entre a evolução das receitas e despesas estimadas e as efetivamente executadas, foi elaborado e divulgado no site do instituto (<https://www.ipresf.sc.gov.br/avaliacao-atuarial>). O envio do DRAA é realizado anualmente, até 31 de março de cada ano, à Secretaria de Previdência/MF. Desta forma, entende-se como atendido o item 3.2.3, do Manual de Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5.

20

5.5 Benefícios

O plano de benefícios está disposto na Lei Complementar Municipal n.º 72/2015:

Art. 20 O IPRESF compreende os seguintes benefícios:

I - Quanto ao servidor:

- a) aposentadoria por invalidez;
 - b) aposentadoria compulsória;
 - c) aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição;
 - d) aposentadoria voluntária por idade;
 - e) aposentadoria especial;
 - f) auxílio-doença; (Revogado pela Lei Complementar n.º 96/2018)
 - g) salário-família; e (Revogado pela Lei Complementar n.º 105/2021)
 - h) salário-maternidade;
 - h) salário-natalidade. (Redação dada pela Lei Complementar n.º 75/2015) (Revogado pela Lei Complementar n.º 105/2021)
- II - Quanto ao dependente:
- a) pensão por morte; e
 - b) auxílio-reclusão. (Revogado pela Lei Complementar n.º 105/2021)

Parágrafo único. É vedada a concessão de aposentadoria especial, nos termos do art. 40, § 4º, da Constituição da República, até que lei complementar federal discipline a matéria.

O rol de benefícios está limitado a aposentadorias e pensões, conforme exige a EC n.º 103/19.

Foram analisados pelo Controle Interno, no período deste relatório, os seguintes processos, para os quais foram emitidos relatórios de conformidade, por este órgão interno de controle, utilizando-se como base a Instrução Normativa n.º TC-11/2011, do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina:

Servidor	Processo / Parecer	Cargo	Regra de Aposentadoria / Pensão	Data
Paulo Roberto de Carvalho	Parecer n.º 002/2023	Operador de ETA/ETE	Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição – Regra de Transição (EC 47/2005, LC 72/2015 arts. 47 e 45, EC 103/2019 art. 20 §4º c/c art. 36 II)	12/01/2023
Maria José Borba	Parecer n.º 005/2023	Professora Ensino Fundamental I	Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição – CF/88 art.40 §1º III “a” e §5º; LC 72/2015 art.23 §1º; EC 103/2019 art.20 §4º c/c 36 II	16/01/2023
Paulo Roberto Cardoso	Parecer n.º 004/2023	Guarda de Segurança	Aposentadoria Voluntária – Regra de Transição (EC 41/2003 art.6º; LC 72/2015 art.45; EC 103/2019 art.20 §4º c/c 36 II)	16/01/2023
Roseli Terezinha de Almeida	Parecer n.º 003/2023	Professora Ensino Fundamental I	Aposentadoria Voluntária (EC 41/2003 art.6º; CF/88 art.40 §5º; LC 72/2015 arts.45 e 23 §1º; EC 103/2019 art.20 §4º c/c 36 II)	16/01/2023
José Carlos Mansur Ferreira	Parecer n.º 022/2023	Médico	Aposentadoria por Invalidez – Sentença Judicial (EC 41/2003 art.6º-A; CF/88 art.40 §1º I; LC 72/2015 art.46; EC 103/2019 art.20 §4º c/c 36 II)	26/01/2023

Servidor	Processo / Parecer	Cargo	Regra de Aposentadoria / Pensão	Data
Eleonir Eulália Oliveira de Souza	Parecer nº 070/2023	Servente	Aposentadoria Voluntária por Idade – CF/88 art.40 §1º III “b”; LC 72/2015 arts.24 e 50; EC 103/2019 art.20 §4º c/c 36 II	09/02/2023
Karla Luiza Cardoso	Parecer nº 113/2023	Professora Educação Infantil	Aposentadoria – Regra de Transição (EC 47/2005 art.3º; LC 72/2015 arts.47 e 45; EC 103/2019 art.20 §4º c/c 36 II)	02/03/2023
Rodrigo dos Santos Soares (Beneficiária: Giséle Pereira)	Parecer nº 119/2023	Agente de Obras e Serviços	Pensão por morte – CF/88 art.40 §7º II; LC 72/2015 arts. 15 e 31; EC 103/2019 art.20 §4º c/c 36 II	02/03/2023
Maria Bernadete da Silva Passos	Parecer nº 168/2023	Professora Ensino Fundamental I	Aposentadoria Voluntária (EC 41/2003 art.6º; CF/88 art.40 §5º; LC 72/2015 arts.45 e 23 §1º; EC 103/2019 art.20 §4º c/c 36 II)	09/03/2023

A concessão de benefícios segue a previsão legal contida na Constituição Federal e Emendas Constitucionais ainda aplicáveis – o IPRESF ainda não realizou a reforma da previdência; e, ainda, na Lei Complementar Municipal n.º 72/2015. Apesar disso, não foi encaminhado ao Controle Interno o mapeamento e a manualização da área de concessão de benefícios do IPRESF.

5.6 **Transparência, Atendimento, Ouvidoria e Código de Ética**

O IPRESF oferece site institucional que atende os requisitos da transparência (<https://www.ipresf.sc.gov.br/pro-gestao-rpps>), informa o endereço, expediente e canais de atendimento remoto (<https://www.ipresf.sc.gov.br/contato>), em atendimento ao item 3.2.8, no entanto, várias páginas não contam com o upload do arquivo, o que deverá ser regularizado.

A transparência ativa pode ser verificada por meio do site (<https://portalipresf.atende.net/#!/>), onde se pode verificar a divulgação de maneira transparente sobre toda a gestão do Instituto, tendo assim acesso as informações legais exigidas. A transparência passiva, da mesma forma, pode ser solicitada no Portal do Município, através de pedidos de acesso à informação (<https://saofranciscodosul.atende.net/?#!/tipo/acesso-informacao/>), cujo link está disponível no site do IPRESF.

A ouvidoria utilizada é a disponível pelo Instituto, através do sistema 'Fala.Br', em convênio com a Controladoria Geral da União, havendo profissional designado para o recebimento e tratamento das manifestações – Portaria IPRESF n.º 014, de 31 de agosto de 2018, no entanto, não foi encaminhada ao Controle Interno a comprovação de oferecimento de curso de capacitação a tal profissional na área de ouvidoria e acesso à informação.

O Código de Ética está disponível no site do IPRESF (<https://www.ipresf.sc.gov.br/codigo-de-etica>), atendendo ao item 3.2.8 e 3.2.4, do Manual de Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5, no entanto, não foram encontradas evidências de sua divulgação aos servidores, segurados, membros dos órgãos colegiados, fornecedores, prestadores de serviços, agentes financeiros, etc. No primeiro semestre de 2022, não ocorreram denúncias, representações ou expedientes.

RECOMENDAÇÃO 11

Que sejam elaborados e publicados o mapeamento e a manualização das atividades e sua publicação no site do IPRESF, a fim de atender aos itens 3.2.8, 3.1.1 e 3.1.2, do Manual de Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5.

RECOMENDAÇÃO 12

Realizar a publicação dos documentos e informações indicados no item 3.2.8, do Manual Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5, no site do IPRESF.

RECOMENDAÇÃO 13

Comprovar a capacitação do servidor nomeado na área de ouvidoria.

RECOMENDAÇÃO 14

Comprovar a divulgação do Código de Ética aos relacionados no item 3.2.4, Nível II, do Manual de Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5.

23

5.7 Compensação Previdenciária

O novo COMPREV foi instituído no IPRESF, por Inexigibilidade de Licitação (Requisição de Despesas n.º 025/2021), no qual se contratou a DATAPREV para a prestação de serviço SAAS (Software As A Service) para operacionalização da compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os Regimes Próprios de Previdência Social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e entre os Regimes Próprios, na hipótese de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, em cumprimento ao estabelecido pelo Decreto Federal n.º 10.188, de 20 de Junho de 2019 e Portaria/SEPTR/ME n.º 15.829, de 02 de julho de 2020, com base no art. 25, caput, da Lei Federal n.º 8.666/93, conforme Contrato n.º 006102/2022.

Todos os processos de Aposentadoria e Pensão por Morte, após o devido registro pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, são incluídos ao sistema requerendo a devida compensação.

5.8 Política de Segurança da Informação

A área de tecnologia da informação está sendo desenvolvida no IPRESF, através da confecção da Política de Segurança da Informação, que se encontra disponível no site (<https://www.ipresf.sc.gov.br/politica-da-seguranca-da-informacao>), abrangendo servidores e prestadores de serviços, indicando a responsabilidade de cada um, com regras normativas quanto ao uso da internet, do correio eletrônico e computadores, além dos demais recursos tecnológicos do RPPS.

Também constam os procedimentos de contingência que determinam a existência de cópias de segurança dos sistemas informatizados e dos bancos de dados, o controle de acesso e a área responsável por elas, no entanto, não foram encaminhadas ao Controle Interno as evidências de realização de tais controles.

RECOMENDAÇÃO 15

Que sejam elaborados e publicados o mapeamento e a manualização das atividades e sua publicação no site do IPRESF, a fim de atender aos itens 3.2.8, 3.1.1, 3.1.2 e 3.1.5, do Manual de Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5.

RECOMENDAÇÃO 16

Que seja encaminhada Política de Segurança da Informação aos servidores, prestadores de serviços, conselheiros e demais abrangidos, a fim de que prestem compromisso quanto à sua observância obrigatória. do Manual de Pró-Gestão RPPS. Versão 3.5.

RECOMENDAÇÃO 17

Que sejam realizadas as adequações necessárias às exigência da LGPD, no

24

5.9 Jurídico

O IPRESF possui Procurador Previdenciário, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a fim de atender todas as demandas jurídicas da entidade fundacional - emissão de pareceres em processos de concessão de benefícios, revisão legal, defesa em processos judiciais e cumprimento de decisões judiciais, etc., com a garantia de todas as prerrogativas aplicáveis aos advogados públicos, devidamente inscrito na OAB/SC sob o n.º 37.835.

5.10 Relatório de Governança Corporativa

Não foi encaminhado ao Controle Interno o Relatório de Governança Corporativa referente ao ano de 2021 (periodicidade anual). O mesmo também não se encontra publicado no site do IPRESF (<https://www.ipresf.sc.gov.br/relatorios-de-governanca-corporativa>).

RECOMENDAÇÃO 18

Que sejam elaborados e publicados o mapeamento e a manualização das atividades e sua publicação no site do IPRESF, a fim de atender aos itens 3.2.8, 3.1.1, 3.1.2, do Manual de Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5., do Manual de Pró-Gestão RPPS. Versão 3.5.

RECOMENDAÇÃO 19

Que seja elaborado o Relatório de Governança Corporativa do IPRESF, e seja efetuada a sua publicação no site do IPRESF, a fim de atender aos itens 3.2.1, do Manual de Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5.

5.11 Planejamento

O IPRESF conta com Planejamento Estratégico aprovado para os anos de 2020-2024, aprovado pelo Conselho Administrativo, através da Resolução CADM/IPRESF n.º 004/2020, disponível no site (<https://www.ipresf.sc.gov.br/plano-de-acao-anual>), em atendimento ao item 3.2.2, do Manual Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5.

5.12 Saúde e Segurança do Servidor

O Município de São Francisco do Sul conta com SESMT estruturado, conforme Lei Municipal n.º 1159, de 14 de junho de 2011, e CIPA, com o objetivo de adotar medidas preventivas, que visem à redução dos riscos inerentes ao ambiente de trabalho e das situações que provocam a incapacidade laborativa dos servidores.

Em atendimento ao item **3.2.5, do Manual Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5**, observa-se que:

- Os editais do Município de São Francisco do Sul têm exigido a realização de exames médicos admissionais dos aprovados em concurso público, como requisito para posse e nomeação, os quais ficam arquivados no setor de RH;
- O IPRESF, no primeiro semestre, não possui contrato vigente para a prestação de serviços de perícia médica, a fim de atender a concessão e revisão dos benefícios por incapacidade;
- O Município de São Francisco do Sul possui serviço de perícia médica aos servidores do quadro efetivo ou contratados por meio de terceirização;
- Não foram encaminhadas comprovação da realização de ações educativas para redução dos acidentes de trabalho, através da CIPA.

O IPRESF possui previsão legal de realização, a cada 02 anos, de revisão dos benefícios de aposentadoria por incapacidade permanente, para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão do benefício – art. 21, §5º, da Lei Complementar Municipal n.º 72/2015, no entanto, diante da ausência de contrato vigente para o serviço de perícias médicas na Unidade Gestora, não foi possível verificar o atendimento a este requisito.

RECOMENDAÇÃO 20

Que seja efetuada a contratação do serviço de perícias médicas, no âmbito do IPRESF, para a realização de avaliações periciais dos benefícios por incapacidade, com a observância do prazo legal, a fim de atender ao item 3.2.5, do Manual de Pró-Gestão RPPS. Versão 3.5. do Manual de Pró-Gestão RPPS.

RECOMENDAÇÃO 21

Que seja comprovada a realização de ações educativas, através da CIPA, para redução dos acidentes de trabalho, a fim de atender ao item 3.2.5, do Manual de Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5. do Manual de Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5.

6 EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

6.1 Plano de Ação de Capacitação

Não foi encaminhado Plano de Capacitação do IPRESF ao Controle Interno. O mesmo também não se encontra publicado no site (<https://www.ipresf.sc.gov.br/plano-de-acao-de-capacitacao>).

RECOMENDAÇÃO 22

Que seja efetuado Plano de Ação de Capacitação para o ano de 2022, e publicado site do IPRESF, a fim de atender ao item 3.3.1, do Manual de Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5.

6.2 Ações de Diálogo

O IPRESF tem realizado ações de educação previdenciária, através dos seguintes critérios, que levam conhecimentos básicos e essenciais sobre o RPPS e os benefícios previdenciários:

CARTILHAS

Estão disponíveis no site do IPRESF (<https://www.ipresf.sc.gov.br/cartilhas>) e na versão impressa as seguintes cartilhas.

- PERGUNTAS E RESPOSTAS – ADEQUAÇÃO DE ALÍQUOTA PREVIDENCIÁRIA;
- REGRAS DE APOSENTADORIA DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL;
- PEDIDO DE APOSENTADORIA ‘PASSO A PASSO’.

PROGRAMA MINHA APOSENTADORIA

O Programa ‘Minha Aposentadoria’, desenvolvido pelo IPRESF, é realizado mediante solicitação das chefias dos órgãos e entidades que compõe a administração pública municipal, e caracteriza-se pelo atendimento presencial dos servidores em seu local de trabalho, pela equipe previdenciária do IPRESF, com data pré-agendada, onde os segurados podem tirar dúvidas, realizar simulações e obter esclarecimentos sobre o processo de concessão de benefícios. O programa é destinado aos segurados ativos do Regime Próprio de Previdência Social do Município de São Francisco do Sul. Consta no site do IPRESF (<https://www.ipresf.sc.gov.br/programa-minha-aposentadoria>), com cronograma de realização (<https://www.ipresf.sc.gov.br/cronograma-de-atendimento-2022>).

AUDIÊNCIA PÚBLICA ANUAL

O IPRESF não realizou, no primeiro semestre de 2023, **audiência pública anual com os segurados**, representantes do ente federativo (Poder Executivo e Legislativo) e a sociedade civil, para exposição e debates sobre o Relatório de Governança Corporativa, os resultados da Política de Investimentos e da Avaliação Atuarial.

RECOMENDAÇÃO 23

Que seja realizada 'Audiência Pública Anual', no ano de 2022, a fim de atender ao item 3.3.2, do Manual de Pró-Gestão RPPS, Versão 3.5.

7 CONCLUSÃO

Por fim, este relatório se concentrou na análise e acompanhamento de alguns dos principais indicadores financeiros, atuariais e orçamentários do IPRESF, assim como da regularidade das principais operações do Instituto.

No período em apuração, e somente pelos processos e resultados analisados, evidencia-se que a gestão do IPRESF, vem sendo, no geral, bem sucedida no alcance de suas metas e na manutenção da regularidade, dando publicidade a seus atos, inclusive aprimorando a atualização tempestiva do Portal da Transparência e do site do Instituto.

Diante do exposto, a Controladoria Geral é de Parecer favorável quanto a identificação de evidências de boas práticas de gestão, com ressalvas quanto às recomendações exaradas ao longo do presente instrumento, **as quais deverão ser adequadas, a fim de que o IPRESF possa manter a certificação no Nível II, do Pró-Gestão RPPS, que vencerá em 13 de Junho de 2025.**

São Francisco do Sul, **julho de 2023.**

BRUNO DE ANDRADE CLEMENTE
CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO SUL
Portaria Municipal n.º 16.931, de 04 de janeiro de 2021